autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO FINAL

177ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
18ª LEGISLATURA

DATA: 16 DE AGOSTO DE 2023

LOCAL: PLENÁRIO 1º DE MAIO

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

- De acordo com o Precedente Regimental nº 02/2020, a sessão é realizada de forma híbrida, presencial e virtual.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) - Há número legal. Está aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta é a 177ª Sessão Extraordinária, da 18ª Legislatura, convocada para hoje, dia 16 de agosto de 2023.

Informo as Sras. e Srs. Vereadores que na sessão, de hoje, votaremos apenas os projetos de lei: 448/2023, 447/23 e 435/2023, os demais projetos de Vereadores serão votados na próxima terça-feira, já por sessão extraordinária convocada por mim. Então, neste momento, considerando que os três projetos requerem instrução, eu vou suspender a sessão para a reunião conjunta das Comissões referente aos três projetos de lei.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, V.Exa. tinha feito uma menção de falar sobre as emendas, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Sim, eu falarei. Eu peço aos Srs. Vereadores, recomendo, nessa Casa, Sras. e Srs. Parlamentares, todo instante se clama por audiência pública. No projeto da cracolândia, da isenção de IPTU, é bastante razoável que as emendas sejam apresentadas após as audiências públicas por duas razões: todas as emendas terão que passar por audiência pública, então, deixa para segunda para ouvir a população, se não fica aquele põe emenda, tira emenda. Vamos ouvir a população, em primeiro lugar, ouvir as

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

manifestações, até para balizar vossas emendas. Não estou dizendo para não apresentar, ou apresentar, estou dizendo que a cautela e a prudência se fazem presentes neste projeto, neste momento. É bastante razoável que nós tenhamos um pouquinho de paciência, não sejamos afoitos em apresentar emenda sem ouvir a população. É de bom alvitre que ouçamos a população para em seguida apresentarmos as emendas. Senão o próprio objeto da audiência pública, se já faz emenda sem ouvir o povo. É preciso que ouçamos o povo e façamos as emendas. Obviamente respeitando os mandatos Parlamentares, mas é bastante razoável que se dê depois da audiência pública, senão não tem sentido audiência pública.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Rubinho Nunes.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sobre o tema, ouvindo o líder do Governo, Fabio Riva, sobre a necessidade do debate, da participação popular, a Comissão de Política Urbana vai desconvocar a audiência pública dessa sexta-feira, remarcando para a próxima segunda, dia 22, às 11 horas da manhã. Terça-feira, perdão, Sr. Presidente, e já peço que sejam tomadas as providências de publicação para que haja maior tempo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Terça-feira, às 11 horas da manhã, a outra audiência pública?

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) – (Pela ordem) – Exatamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – A primeira audiência pública.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) – (Pela ordem) – A primeira, a de sexta, fica desmarcada e remarcamos para terça.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Feito o comunicado sobre o projeto da isenção de impostos, a primeira audiência...até porque para que as pessoas possam melhorar o projeto.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Depois, primeiro passamos a primeira e organizamos as demais com a devida calma, paciência, para nós chegarmos a bom termo. Vamos primeiro fazer a primeira audiência pública, começamos a debater com a devida calma e devida prudência. É preciso que nós colhemos junto à população as primeiras impressões. Tem setor que quer isso, tem setor que não quer aquilo. Vamos ouvir o povo. A vista disso eu estou suspendendo a sessão para a reunião conjunta referente aos seguintes projetos: PL 448/2023, do Executivo; PL 447/2023, do Executivo; PL 435/2023, da Mesa da Câmara.

Neste momento eu convoco o nobre Vereador Gilson Barreto para presidir o presente Congresso. Está suspensa a sessão extraordinária, lembrando aos Srs. Vereadores que hoje é dia de um culto religioso, às 19h30, portanto, debateremos uma hora para encerrarmos a votação. Vamos ao Congresso.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) –Reabertos os trabalhos. Passemos à Ordem do Dia.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Há sobre a mesa requerimento de inversão, que será lido.

- É lido o seguinte: (requerimento de inversão 1-3)

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – A votos o requerimento de inversão. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Aprovado.

Passemos à leitura do primeiro item da pauta.

- "PL 435 /2023, DA MESA DA CÂMARA. Dispõe sobre as diretrizes e os procedimentos relativos à realização de concursos públicos de ingresso na Câmara Municipal de São Paulo. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA".

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Há sobre a mesa pareceres, que serão lidos.

- É lido o seguinte: (Parecer de CCJ c/ substitutivo + Parecer conjunto ao PL 435/23)

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Lido os pareceres. Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa ao PL 435/23. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Aprovado em primeira discussão, volta em segunda.

Há sobre a mesa outro requerimento de inversão, que será lido.

- É lido o seguinte: (*Requerimento de inversão - passando a ser o item 2 o atual item 3 - PL 447/23*)

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – A votos o requerimento de inversão. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Aprovado.

Passemos ao item seguinte.

- "PL 447/2023, DO EXECUTIVO. Dispõe sobre a criação do Quadro de Analistas de Previdência – QAP e respectivo plano de carreira e cargos, do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - Iprem, altera a Lei nº 13.973, de 12 de maio de 2005, e dá outras providências. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA".

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Há sobre a mesa pareceres que serão lidos.

- É lido o seguinte: (*Pareceres CCJ + conjunto ao PL 447/23*)

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Lido os pareceres. Em discussão a matéria. Não há oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Passemos ao processo de encaminhamento de votação.

Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TV Câmara São Paulo.

Venho falar um pouco do PL 447/2023. Como tem sido a tônica nesta Câmara Municipal, os projetos do Executivo chegam com muitas surpresas; de um lado ele dá dois, de outro lado ele tira dez. Na verdade, é do que trata esse projeto sobre o Iprem. O Iprem é o instituto que cuida da vida dos aposentados do Município de São Paulo.

Cabe aqui um recorte só para lembrar que o Prefeito Ricardo Nunes confiscou aposentadorias e pensões de todos os servidores públicos municipais, cobrando 14% das pessoas que ganham acima de um salário mínimo, quem ganha 1.500 reais, 1.700 reais. O Prefeito Ricardo Nunes encaminhou projeto do Sampaprev 2 – um crime cometido na Câmara Municipal - e tirou de servidores aposentados e pensionistas, depois de 40 anos de contribuição, 14%, que era o dinheiro que eles usavam para comprar medicamentos, cesta básica, para sobreviver. Foi isso que aconteceu e é nessa situação em que estão os aposentados e pensionistas, então nós precisamos ter muito cuidado com os projetos que vêm tratar de aposentadorias e pensões no Município de São Paulo.

Nós, da Bancada do PSOL, somos totalmente favoráveis à abertura de concursos públicos, nós lutamos por concursos públicos. Somos contra terceirização e privatização, então a luta histórica da Bancada do PSOL é por concursos públicos. O projeto traz uma demanda da sociedade, das categorias profissionais por concursos públicos. São concursos voltados para a análise de processos, para cuidar da previdência dos servidores públicos do Município.

Se fosse só isso estaria ótimo, mas o projeto traz algo que é a tônica, é a regra da administração do Prefeito Ricardo Nunes. Hoje há, no Iprem, o Conselho de Representantes e o

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

Conselho Fiscal. São dois conselhos importantes na administração das aposentadorias do conjunto dos servidores públicos, mais de 100 mil servidores públicos aposentados e pensionistas. Esses dois conselhos são paritários, com servidores públicos preenchendo e votando nesses conselhos, não havendo indicação do Prefeito.

Ocorre que, com esse projeto, o Prefeito está tirando as atribuições do Conselho de Representantes e do Conselho Fiscal e criando dois novos comitês, ou seja, o Comitê de Gestão e Monitoramento da Monetização de Ativos, que será constituído por três membros nomeados pelo Prefeito, sem concurso público; também cria o Comitê de Investimentos, que será composto por cinco membros que, a exemplo do anterior, serão nomeados pelo Prefeito, sem concurso público, para cuidar do dinheiro das aposentadorias e pensões, um dinheiro que os servidores contribuíram durante a vida toda.

Seria natural que a composição desses conselhos tivesse representantes dos servidores, assim como ocorre no Conselho de Representantes e no Conselho Fiscal. O Prefeito Ricardo Nunes está destituindo a função deles, criando dois comitês para nomear não se sabe quem. Ele vai fazer a nomeação, mas o conjunto dos servidores não participará da eleição de quem cuidará da aposentadoria de todos os servidores públicos do Município de São Paulo.

Isso é inadmissível, razão pela qual as entidades sindicais pedem para que façamos essa negociação. Para tanto, haverá duas audiências públicas, a nossa Líder já está dialogando com o Presidente Milton Leite, no sentido de levarmos esse posicionamento. Queremos que sejam revistos os artigos 25 e 27 do projeto, que criam esses dois comitês sem que na sua composição haja representantes eleitos pelos servidores públicos.

Não dá para deixar na mão do Prefeito, seja ele quem for, a nomeação e administração do recurso que cuida da vida dos aposentados e pensionistas. Por isso, queremos a participação dos servidores públicos.

Teremos duas audiências públicas, espero que consigamos ouvir o conjunto dos servidores, assim como melhorar o projeto. Esperamos reverter mais esse ataque aos servidores aposentados e pensionistas.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

Como se não bastasse o confisco, agora podem acabar com os nossos recursos. No futuro, os aposentados não receberão mais as aposentadorias porque pessoas incompetentes, nomeadas e apadrinhadas podem ocupar esses cargos, dando fim ao dinheiro dos aposentados e pensionistas.

Realizaremos duas audiências públicas, através das quais faremos essa luta, essa discussão, para que o projeto seja melhorado, criando cargos públicos por meio de concursos para cargos no Iprem.

Nesta primeira votação, nós optaremos pela abstenção, de forma que possamos discutir e aperfeiçoar o projeto, caso contrário, para a segunda votação não haverá a mínima condição de votar um projeto que destrói a previdência dos servidores do município de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, a nobre Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TV Câmara São Paulo e pelas redes sociais, venho dizer algumas palavras rápidas do projeto do quadro de Analista da Previdência, do Iprem.

É muito importante o seguinte, o primeiro entendimento que temos de ter é que o Iprem, fundamental para garantir a aposentadoria dos servidores públicos, está sendo gradativamente destruído desde o SampaPrev.

É uma instituição fundamental que consegue fazer a gestão das aposentadorias e das pensões que têm de ser do servidor público, mas que já está sendo esvaziada, foi especialmente esvaziada no absurdo que é o confisco salarial do SampaPrev, mas nós entramos na Justiça para tentar reverter.

É importante dizer que não é uma batalha perdida, existe uma série de tramitações

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

judiciais, inclusive, no STF, onde a Bancada do PSOL foi para tentar reverter esse confisco salarial.

Lembrando que no nível estadual não há mais confisco. O Governo Estadual, à época, se não me engano, da gestão Doria, fez o confisco para os servidores estaduais e caiu. Então, é possível que na cidade de São Paulo também consigamos uma reversão.

Agora, como foi dito pelo meu colega, o Vereador Celso Giannazi, parece que nunca conseguimos ter um projeto que é só bom, nesta Casa. A Prefeitura nunca manda um projeto que é só criação de cargos, só um concurso público, só um avanço. Sempre tem de haver um porém. Sempre tem de haver um problema, um atraso. Seria ótimo esse projeto se fosse, de fato, a criação do quadro de analistas da Previdência, se fosse, de fato, a criação de quadros para servidores do Iprem. Seríamos 100% favoráveis. Agora, tem de haver um problema.

Há uma mudança na ordem de gestão interna do Iprem que está sendo colocada aqui. O Iprem, como órgão que gerencia, que cuida de aposentadorias, obviamente tem um conselho, que é formado de forma democrática, que é formado, inclusive, por servidores de carreira. É um conselho, que funciona com uma democracia interna. Tem eleição. Mudou-se esse conselho e retiraram-se completamente os poderes dele, para se criar um comitê com amigos do Prefeito, com apadrinhados do Prefeito. É criação de cabide do Ricardo Nunes. É um Prefeito que critica tanto as gestões de esquerda, dizendo que a esquerda coloca apadrinhados. E isso, gente? É colocar apadrinhado no Iprem. É a gestão que deveria ter um conselho bem estabelecido, como é hoje, e que simplesmente é esvaziado para o Prefeito colocar amigos, os seus apadrinhados, os seus afilhados políticos.

Sabem qual é o poder que os afilhados políticos do Prefeito vão ter, a partir dessa lei? O poder de decidir o “sim” e o “não” sobre a aposentadoria dos servidores. É um nível de aparelhamento que é um absurdo completo. Como é que um poder de decisão, que é o de conseguir tomar decisões sobre aposentadoria e sobre pensão, vai ficar como cargo de amigos do Prefeito? Aí, não dá, gente.

Estamos confiantes de que esse projeto, que hoje vai ser votado em primeira, seja

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

modificado nesse aspecto antes da votação em segunda. Temos muita confiança nisso. Poderíamos votar contra, por conta desse absurdo, mais um aparelhamento do Prefeito, mas estamos aqui, em um voto de abstenção, compreendendo e dando um voto, em uma expectativa de que vamos conseguir mudar esse aspecto em segunda, para que seja um projeto que, de fato, seja um avanço, que, de fato, seja a criação de cargos para o Iprem, sem mudar a estrutura dos conselhos, que é tão importante e que garante que as decisões sejam tomadas de forma democrática.

Por favor, gente, o Iprem? Não dá. É um espaço que é muito importante para ter tanto cabide de amigo do Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Obrigado, Presidente, Vereador Milton Leite. Esta é uma matéria que é muito importante, porque trata-se de criar cargos para novos concursados. Isso sempre é importante. Quando você cria cargo, é importante, pois você vai gerar emprego. Nesse sentido, achamos que o projeto é importante.

Porém, há alguns agregados dentro do projeto que não dá para aceitar. Então, temos de explicar bem para a população, para que isso seja entendido, mas já dialogamos bastante com o Líder do Governo, com o próprio Presidente e com outros Vereadores. Por tratar-se de votação em primeira, nós temos emendas que são, justamente, de supressão, para poder excluir alguns pontos que nós entendemos, mas, com base no acordo, nós vamos apresentar as emendas em segunda votação.

Então, o entendimento da Bancada de Vereadores do Partido dos Trabalhadores é votar favoravelmente. Por quê? Porque estão se criando cargos concursados, o que é importante. Ainda que não fossem concursados, criar cargos é sempre importante, porque o momento requer isso. Inclusive, veio um déficit muito grande de cargos e profissionais

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

concursados em todos os setores – aqui, na Casa, em setores do Executivo, da Prefeitura, em Secretarias, etc., em que precisam ser criados ainda mais, mas, mesmo assim, por exemplo, quando você cria o comitê de gestão e monitoramento de monetização de ativos, você está incluindo algo agregado que não concordamos. Não concordamos com esse item. Há uma série de fatores, não vou falar um a um, porque requer muito tempo e a gente tem acordo, vamos votar favorável. Então não tem porque, mas quero citar os pontos.

Cria o comitê de investimentos. Ou seja, é mais um agregado. Por essa razão há emendas nossa nesse projeto: uma supressiva e outra que é importante.

Requisitos para compor o Conselho Deliberativo e Fiscal do Iprem, que serão indicados pelo Prefeito. Daí você não sabe quem o Prefeito vai indicar. Não é conduta de má fé, pensando isso ou aquilo, mas será de livre iniciativa do Prefeito, qualquer que seja o Prefeito. Isso é algo que tem de ser discutido. Outro item que a Bancada não entendeu e dessa forma acha que tem de ser separado, apartado do projeto geral.

Competência do Conselho Fiscal. A competência do Conselho Fiscal não dá para ter intervenção do Executivo. O que compete ao Conselho Fiscal, tem de ter autonomia para poder tomar decisões. O que adianta ter Conselho Fiscal se ele não tem autonomia. É enxugar gelo. Não tem como concordar com isso. Essas são as razões.

Outra emenda para criar o Código de Ética e de Conduta. É importante que seja criado. Temos essa emenda e com base no acordo, na conversa nós vamos apresenta-la entre primeira e segunda votação. Não protocolamos agora, vamos apresentar em segunda votação e queremos que os Pares entendam dessa forma e assinem nossas emendas que acreditamos ser importante. Inclusive para preservar o próprio Executivo.

Essa é a linha de pensamento da Bancada de Vereadores do Partido dos Trabalhadores. O projeto é bom, mas com esses agregados que foram acolhidos dentro do bojo do projeto, pode prejudicar.

Nesse sentido vamos votar favorável com esses compromissos do Líder do Governo e com o compromisso de garantir audiência pública, com possibilidade de ser realizada duas

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

audiências públicas para poder ouvir a opinião da população e a gente melhorar.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Não há mais oradores inscritos para o encaminhamento da votação. A votos o PL 447/23. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora.

- Registro, por microfone, da abstenção da Bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Registre-se a abstenção da Bancada do PSOL. Aprovado em primeira discussão, volta em segunda.

Neste momento vou suspender a sessão para recebermos Dr. Marcos Batistela, Procurador do Município de São Paulo, Ex-Presidente da Associação dos Procuradores do Munícipio de São Paulo (2019-2023) e Secretário Geral da Associação dos Procuradores Municipais; e o Sr. Marcos Carboni, Procurador do Munícipio de São Paulo e Presidente da Associação dos Procuradores do Município de São Paulo (2021-2023).

Neste momento farão a entrega da obra: *Comentários à Lei Orgânica do Município de São Paulo*, de elaboração coletiva de Procuradores da Câmara Municipal de São Paulo e do Município de São Paulo. De antemão, peço que entregue cópia da Lei Orgânica Comentada a cada um dos Srs. Vereadores.

Estão suspensos nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Passemos ao item seguinte. Neste momento o item 3, antigo item 1 da pauta, que é o PL 448/2023 do Executivo.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

- “PL 448 /2023, DO EXECUTIVO. Dispõe sobre a isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU dos imóveis que especifica. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.”

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Há sobre a mesa pareceres, que serão lidos.

- É lido o seguinte: (Parecer de CCJ + Parecer conjunto ao PL448/23)

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Lidos os pareceres. Em discussão. Tem a palavra, para discutir, pela Bancada do PSOL, a nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

Tem V.Exa. a palavra por cinco minutos, conforme avençado previamente.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – Boa tarde Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, ao público que nos assiste, à Imprensa, todos que acompanham a sessão.

Queria dizer que, na nossa opinião, esse projeto tem inúmeros limites e problemas. Primeiro os limites porque não sabemos quais são os critérios em que as ruas e os imóveis que estão sendo beneficiados por essa isenção de impostos. Qual é o critério utilizado? Por que somente algumas ruas e algumas partes de oito ruas terão isenção de imposto, o IPTU, e outras ruas que também estão dentro do território, chamado Cracolândia, não vão ter essas isenções. Entre elas, por exemplo, a rua Santa Ifigênia e a avenida Rio Branco estão fora do projeto.

Nós também não sabemos, desses imóveis, por que alguns estão isentos na mesma rua em que outros não estão isentos. Então há uma contradição no próprio projeto, pois não ficam nítidos os critérios que foram elencados.

E aí o que podemos colocar? Que é um problema de saúde pública, é um problema social, mas que a Prefeitura está querendo resolver com uma solução fiscal. Ora, não se resolve problema de saúde com solução fiscal. Por que? Porque você vai minimizar o problema daquelas pessoas que serão beneficiadas, e não todas, uma vez que não se sabe qual o critério utilizado e, portanto, não se resolve a questão do fato, não vai ser atacada a raiz desse problema que é justamente a Cracolândia.

Então mesmo os comerciantes e os moradores que, em tese, serão beneficiados pela isenção fiscal, na verdade, estão sendo entrevistados – e nós vimos pela Imprensa – e eles mesmos estão dizendo: “Eu preferia nem receber essa isenção do IPTU, mas poder trabalhar e poder ter meu comércio funcionando como era antes”.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

Na verdade, é um projeto que não resolverá o problema, não vai agradar nem os comerciantes e nem os moradores, e também não vai agradar os usuários, pois, ali, todo mundo é prejudicado. É um território onde ninguém está sendo beneficiado, porque os usuários estão descontentes, os moradores estão descontentes, os comerciantes estão descontentes. Eu quero saber quem é que está ganhando com o problema da Cracolândia? Por quê? Porque é um problema que está se avolumando.

Vejam só: em 2019, eram 526 pessoas no fluxo; hoje são 1.200. As políticas adotadas pelos governos desde 2017 são totalmente fracassadas, porque não têm diminuído o fluxo de usuários. É preciso, portanto, analisar essa política que prega a dispersão violenta dos usuários, como ocorreu nesta madrugada. Dispersar violentamente só faz surgir inúmeras cracolândias, e problema vai se agravando cada vez mais. Quem ganha com isso?

O Sr. João Jorge (PSDB) – Vereadora, um aparte, por favor.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – Não, não vou conceder aparte agora, nobre Vereador, porque eu só tenho cinco minutos. Depois V.Exa. vai ter tempo para falar.

O Sr. João Jorge (PSDB) – Só para dizer que diminuiu de quatro mil para mil.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – V.Exa. deveria ter os dados. De 2019 para hoje...

O Sr. João Jorge (PSDB) – Só para sua informação, diminuiu de quatro mil para mil. Não é verdade o que V.Exa. está falando.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – Vereador, eu acabei de citar dados. Em 2019, 526 pessoas; hoje, 1.200 pessoas. Esses dados não são meus, mas da

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

Secretaria de Segurança Pública. O problema, portanto, está se agravando porque as políticas têm sido um fracasso total.

Mas quero falar de políticas que deram certo, como o Programa De Braços Abertos, que foi aplicado de 2014 a 2016 com resultados positivos. Já no seu primeiro ano de aplicação, ocorreu uma redução de 80% da criminalidade. Procure esses dados no Google, nobre Vereador. Além disso, diminuíram os furtos e, de cada três usuários, dois reduziram o consumo de crack, e tantos outros deixaram o fluxo e retomaram suas vidas.

Houve, no entanto, preconceito por ser um programa aplicado pelo Governo Haddad, do PT e, assim que o Doria se elegeu, a primeira coisa que ele fez foi desmantelar esse programa que estava dando certo. Inclusive ele anunciou o fim da cracolândia, algo que não aconteceu. Qualquer governo que diga que vai acabar com a cracolândia é mentiroso, porque não é com essa política que se acabará com ela. Especialistas ouvidos por nós disseram, comprovadamente, que será, sim, com política de redução de danos e de saúde. Também disseram que internação involuntária e compulsória não dão resultados; porquanto, os Governos Tarcísio e Ricardo Nunes estão insistindo em políticas fracassadas, que não dão certo.

A isenção de impostos é uma medida totalmente paliativa, e eu concordo com V.Exa., Sr. Presidente, quando diz que nós temos que ouvir a população de São Paulo, a que vive naquele território e os especialistas para podermos formular melhor esse projeto. Para tanto, as audiências públicas vão ser muito necessárias.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Celso Giannazi. Por cinco minutos, nobre Vereador, porque eu tenho razões muito fortes para controlar o tempo hoje.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – E as minhas razões são contrárias às de V.Exa., Sr. Presidente.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

Gostaria de falar um pouco sobre o PL 448/23, que se trata de uma confissão de incompetência para resolver um problema que é gravíssimo. Como falou a nobre Colega, nós temos que relembrar um pouco a chegada do então Prefeito Gestor João Doria à cidade de São Paulo, que disse que ia acabar com a cracolândia por decreto, e hoje nós estamos vendo o que aconteceu depois que esse enganador passou pela cidade de São Paulo. Esse é um problema tão grave que não admite enganadores, é um problema que tem que ser enfrentado pelos governos municipal, estadual e federal, em uma ação conjunta de várias Secretarias, uma questão intersecretarial, de saúde, assistência, de emprego, segurança. Então, não dá. Este projeto trata-se de uma ação eleitoreira porque, na prática, não vai resolver absolutamente nada. Não vai resolver a situação das pessoas. Não vai resolver a situação das pessoas que vivem em situação de rua naquela região e também não vai resolver o problema dos moradores e comerciantes principalmente, que estão indignados e não conseguem trabalhar. Não é o IPTU individualmente que vai resolver a situação dessas pessoas.

É óbvio que alguns moradores isoladamente serão beneficiados, mas os comerciantes não. O comércio continuará fechado naquela região porque a pessoa que procura um equipamento ou algo que é vendido naquela região não está acessando a região porque não tem uma política pública efetiva.

O projeto trata de uma isenção para 2024 e 2025. Mas, por exemplo, temos alguns imóveis - a título de exemplo - o imóvel na Rua dos Protestantes. Esse imóvel tem uma dívida ativa de mais de 100 mil reais. São 123 mil reais. O que adianta uma isenção para 2024 e 2025 se ele já deve para a Prefeitura de São Paulo mais de 120 mil reais? Outro deve 70 mil reais; outro, 400 mil reais. Então, são imóveis na região crítica e não vai resolver a situação isentar 2024, isentar 2025. Não está falando de 2023. Não está falando desse passado de 2018, 2019, 2020, 2021.

Então, não é uma política séria. Isso não está sendo tratado de uma forma séria. Nesta Casa discutimos a forma de o Prefeito Ricardo enfrentar esse problema é tal qual S.Exa. fez na Praça Duque de Caxias. Quem acessa a Praça Duque de Caxias vai ver que acabou a

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

cracolândia na Praça Duque de Caxias porque a Prefeitura cercou e fez um parque ali. Cercou e fechou com o cadeado. Ninguém entra. É assim que está sendo resolvido o problema.

Hoje o problema está na Rua dos Protestantes. Esse problema pode vir à Av. São João, à Praça da República, quem sabe subir a Avenida Angélica. E aí vai isentar todo mundo? O Prefeito Ricardo Nunes tem que entender isso. Não é a política pública isoladamente que vai resolver o problema absolutamente.

Então, o projeto tem mais um caráter eleitoreiro para dar uma satisfação para as pessoas do que o projeto que traz uma discussão, que tem uma eficácia. Não haverá eficácia. Voltaremos a esse assunto mais para frente. Vamos ver, primeiro, que é só para 2024 e 2025. Os comerciantes estão querendo trabalhar. Os comerciantes estão querendo pagar os seus tributos. Não estão querendo ser isentos e não ter o comércio. O comércio está fechado. Eles vão falir. Os comerciantes daquela região vão falir. Não é com a isenção de IPTU que vai ser resolvido esse problema. Isso é tapar o sol com a peneira. É mais para dizer a opinião pública que está fazendo alguma coisa do que um trabalho sério, do que um trabalho estudado, discutido. Isso não foi discutido absolutamente.

É isso, Sr. Presidente.

- Assume a presidência o Sr. Fabio Riva.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva - PSDB) – Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, boa tarde.

Por conta da cracolândia, algo que o Sr. Prefeito não consegue resolver, vai lá e resolve isentar em dois anos seguidos o IPTU para, mais ou menos, em torno aí de quase mil residências, porque a maioria é residência, nem atinge o comércio.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

Isso é prova cabal que o Prefeito está falando assim: “olha, não consigo resolver o problema. Não vou conseguir resolver a curto e nem sei lá se vou conseguir a médio prazo, porque talvez já nem esteja mais na cadeia de Prefeito, então, para ter uma compensação para vocês, vamos isentar dois anos de IPTU.” Quem está falando isso não é a Oposição. O Presidente da associação da região, o Sr. Riachi, fala: “Será que é para o bem ou para o mal? ” Vem para o bem que a gente vai ter isenção. No final das contas vai se resolver o problema ou, no fim, consolida-se a questão dos usuários de drogas lá na região?

Houve um debate entre a Vereadora Silvia e o Vereador João Jorge se está aumentando ou diminuindo o fluxo de pessoas naquele lugar. Então, eu fui pesquisar nas reportagens. Podemos que em alguns anos, diminui; em 2021, diminui; em 2022, diminui; em 2023, aumenta; em 2017, aumenta, em 2019 aumenta. Isso depende da operação que se faz ali, que pode diminuir ou acabar o fluxo de pessoas.

Mas a diminuição de pessoas não quer dizer que essas pessoas sumiram, evaporaram; o problema é que elas migraram para outro lugar. Então, se vê nas reportagens várias minis cracolândias em outros lugares, até fora do centro da cidade.

Na minha opinião, isso é incompetência da Prefeitura quando isso acontece. E as pessoas não precisam de isenção fiscal, mas de políticas públicas para resolver aquele problema. É uma questão de saúde, que exige um trabalho intersecretarial, com Habitação, com Assistência Social e várias Secretarias que têm de ser envolvidas nisso.

Outro problema nítido neste projeto é que não há nem o número do SQL de cada imóvel, está apenas escrito o nome da rua com alguns desenhos, não definindo direito nem os imóveis. A minha pergunta é: Por que um imóvel é beneficiado e outro, não? Qual é a justificativa? Não há justificativa, isso que é pior.

Por que não adentrar as outras minicracolândias que existem no resto da cidade para beneficiar os outros também? Por que não discutir algum tipo de isenção que seja progressiva, porque mesmo as pessoas que não estejam onde há o fluxo de pessoas estão sendo afetadas de alguma forma. Por exemplo, o comerciante que está fora da isenção será prejudicado duas

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

vezes, porque ele terá de vender o seu produto por um preço enquanto o outro, que terá a isenção do IPTU, poderá vender mais barato.

Portanto, este projeto foi feito às pressas, sem estudo, de qualquer jeito. Ouvi até o nobre Vereador Fabio Riva na rádio CBN falando assim: “Não, mas eles estudaram onde estava o fluxo”, mas só onde está o fluxo não determina o prejuízo de todos e todas, pelo amor de Deus! Até a fala do nobre Vereador Riva determinou que foi um negócio mal estudado mesmo.

Nós queremos discutir melhor este projeto na audiência pública e apresentaremos propostas para o projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva - PSDB) – Tem a palavra, para discutir, a nobre Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Colegas Vereadores, Colegas Vereadoras, público que nos assiste pela TV Câmara São Paulo, mais uma vez nos deparamos com um projeto que trata do Centro da cidade e me parece que a Prefeitura de São Paulo, ao invés de querer encarar esse problema do Centro, tenta de todas as formas abafar o debate.

Antes de falar sobre o projeto específico da isenção do IPTU, quero relatar aos senhores que estou há dois anos e meio na Comissão de Saúde e, pela primeira vez, tive rejeitado um pedido de audiência para tratar do tema de acesso à saúde para moradores de rua. Quatro Srs. Vereadores da Base do Governo barraram a realização de uma audiência pública para tratar do acesso que a população em situação de rua ao Sistema Único de Saúde.

Percebe-se que é uma postura para tentar abafar o debate de uma questão que está aos olhos de todos, evidentemente; e não há nenhuma solução real, concreta, integral, para resolver essa questão. O que há é uma política de repressão e política reparativa.

Então, o que estamos vendo com tudo isso é que este projeto é uma proposta de jogar a toalha. Até mesmo comerciantes que estão no perímetro atingido e que terão isenção de

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

IPTU não estão satisfeitos com o projeto. Conversei com alguns deles e vários me falaram o mesmo que falaram para a Vereadora Silvia:

"Eu preferiria pagar o IPTU se tivesse uma política para lidar com a questão da cracolândia".

Gente, vamos nos ater aos dados das questões.

Parece uma coisa que não tem solução, mas não dá para acharmos que não existem experiências que já foram feitas e já tiveram resultados positivos.

A nobre Vereadora Silvia falou do De Braços Abertos; e eu vou retomar algumas coisas para vocês.

O De Braços Abertos foi um programa que aconteceu por alguns anos na Prefeitura de São Paulo e que foi descontinuado maldosamente pela gestão Doria. Foi apelidado de forma jocosa, baixa, de "bolsa *crack*", porque era um programa que colocava renda, habitação, trabalho, assistência psicológica para cada usuário da cracolândia.

Esse tipo de ação individualizada é absolutamente necessário. Não é somente a segurança pública que vai dar um jeito, o que vai dar um jeito é uma política intersetorial que consiga combinar habitação, frentes de trabalho, atendimento.

Eu vou trazer para vocês a pesquisa da avaliação que o IBCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais –, junto com a Plataforma Brasileira de Política de Drogas, fez com o De Braços Abertos.

Dos pesquisados, 67% afirmaram que reduziram o uso de *crack* ao participar do programa; 73% dos beneficiários passaram a trabalhar na frente de emprego aberta por essa política e 53% retomaram o contato com as famílias. Houve uma diminuição real do número de pessoas que estavam no fluxo em cena de uso.

Foi uma política que deu resultado. E ainda foi uma política que tinha muitos problemas e que daria para melhorarmos. Mas o conservadorismo, a visão moralista, limitada, impede que seja feita uma política real.

Agora mesmo, o Sr. Prefeito, numa entrevista, neste ano, 2023, de novo, chamou

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

novamente este programa que deu os únicos resultados positivos de "bolsa *crack*". É uma visão que parece que não consegue enxergar o óbvio.

Se não houver uma política de acolhimento, real, que permita à pessoa se reinserir na sociedade, se ver como sujeito, se entender como alguém... Sim, naquele momento, pode ser que ela não consiga largar o *crack*, mas ela vai ter o emprego, a retomada do contato com a família, atendimento psicológico. Colocar a abstinência como condição para a pessoa acessar qualquer tipo de programa, na prática, significa o quê? Mais gente não conseguindo ter acesso ao programa.

Honestamente, eu não sei se algum dos senhores já atendeu usuário de *crack*. Eu sou psicóloga e já atendi. As pessoas não param de usar do dia para a noite, as pessoas não simplesmente dizem "vou parar de usar *crack*" e param de usar *crack*, é um processo. E se for um processo em que não tenha apoio de políticas públicas, que não tenha apoio de psicólogo, de assistente social, de casa para as pessoas morarem...

Os senhores sabiam que, às vezes, não ter casa faz a pessoa usar *crack?* A pessoa sente frio, fome, lida com sujeira. Tem-se uma relação prejudicial com aquela substância inclusive pelas condições em que se vive, pelas relações que não se consegue estabelecer, pela relação familiar perdida; e não há nenhuma política que permita restabelecer. Não adianta ter uma visão moralista e simplista.

O que esse projeto faz é jogar a toalha. Na prática, não diminui o que tem que ser diminuído: o número de pessoas que fazem o uso prejudicial do *crack.* O assunto é muito óbvio.

Esse programa vai diminuir o número de pessoas que fazem uso prejudicial do *crack*? Não vai.

- Assume a presidência o Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Concluindo, nobre Vereadora.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Para concluir, digo que esta questão tem que ser encarada de forma séria, com quem entende, com redução de danos, com que já aconteceu, com que já deu certo. Sem contar que a chance de isso gerar problema jurídico para a Prefeitura é gigantesca. Imaginem, quem mora na Zona Norte, quem mora na Lapa, onde tem pequenos núcleos de uso de *crack,* é óbvio que vão pedir isenção de IPTU. Por que quem mora num lugar fora do perímetro e que tem gente usando *crack* na sua rua não vai pedir a isenção? É óbvio que vai; vai processar a Prefeitura. Muito me surpreende um projeto como esse.

Sinceramente, vamos nos abster, porque queremos que ele melhore. Mas, honestamente, é mais uma vez um programa que não traz a solução necessária.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, a nobre Vereadora Jussara Basso.

A SRA. JUSSARA BASSO (PSOL) – Boa tarde, Sr. Presidente, nobres Vereadoras e Vereadores, todos aquelas e aqueles que fazem parte desta Câmara Municipal de São Paulo.

Eu começo a minha fala de hoje porque eu tenho a necessidade de me reapresentar.

Eu me chamo Jussara Basso. Eu sou mulher preta, moradora da periferia da Zona Sul de São Paulo.

Hoje faço isso porque, estranhamente, um dos meus colegas Parlamentares da Casa, pela segunda vez, me questionou no elevador privativo, perguntando se sou Vereadora e perguntando meu nome.

Bom, se existe alguma dúvida, eu quero dizer que fiquei suplente em 2020, com mais de 21 mil votos, e sou Vereadora da cidade de São Paulo, e, não só da região onde moro, porque caminho muito pela periferia da zona Leste, zona Sul, zona Norte, e, de fato, conheço a cidade onde moro.

E, com todo respeito, reafirmo: eu, na verdade, não sou; eu estou Vereadora. Eu sou Jussara Basso, mulher, lutadora, e estou aqui, também, para fazer o meu papel.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

Bem, dito isso, sobre isenção do IPTU, na verdade, quero trazer outros elementos, porque eu acredito que, de fato, nós estamos começando de trás para frente.

Nós não podemos isentar IPTU, levando em consideração uma região que hoje é afetada por uma população que é afetada pela falta de políticas públicas de acolhimento, de políticas públicas que garantam empregabilidade, moradia, saúde, educação, transporte.

Quando a gente isenta uma região - que está tomada por problemas sociais - do IPTU, nós não estamos resolvendo o problema. Nós estamos fechando os olhos para o problema.

Ainda não gosto de usar o termo Cracolândia, porque eu acho que isso desumaniza o nosso debate. Nós precisamos falar de pessoas, as quais não nasceram e cresceram pensando: “quando eu crescer, eu vou ser um usuário de drogas”, existe uma história por trás de cada uma daquelas vidas; existe uma família que chora. Eu conheço mães que vão, todos os dias, até essa região da cidade para procurarem pelo seu filho, pela sua filha, para saberem se ainda está vivo e tentar levá-lo de volta para casa.

É, justamente, esse o trabalho sobre o qual nós precisamos nos debruçar: acolher os familiares daquelas pessoas que hoje estão em situação de rua e em vício, para que a família, consiga, de fato, colocá-las em tratamento. E não é internação compulsória, não. Não é nada disso.

Para além disso, levando o projeto em consideração, é importante, sim, questionar quais foram os critérios usados, qual será o impacto disso na arrecadação do Município e de que forma foi construído, porque vejam: eu estive no bom Retiro quando a Polícia Militar tentou deslocar aquelas pessoas para lá, quando os lojistas questionaram os impactos disso também naquela região.

E, se é para falarmos de isenção de IPTU, vamos falar de isenção de IPTU para aqueles e aquelas que são afetados, constantemente, por enchentes. É nesse lugar que precisamos implementar a isenção para que essas pessoas possam usar o pouco que têm para fazerem os reparos necessários em suas casas.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

Nós precisamos garantir que os braços do Legislativo e Executivo deste Município cheguem aonde precisam chegar. São Paulo não se resume ao centro expandido; não se resume a essa região; São Paulo é muito mais do que isso, e existe uma população inteira afetada pelo racismo ambiental que migra, todos os dias, da periferia para o centro de São Paulo para garantir as riquezas deste Município e a arrecadação. Então, é para eles que as políticas públicas devem ser voltadas como prioridade.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, a nobre Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, pelo tempo complementar de três minutos e cinquenta e três segundos, antes do Vereador Senival Moura.

Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL) – Boa tarde a todos e todas.

A primeira coisa que gostaria de dizer é externar solidariedade à Vereadora Jussara Basso. Infelizmente, tem sido uma prática comum nos espaços que frequentamos como legisladoras. Eu, algumas vezes já tinha reclamado dessas situações bem constrangedores que passei como parlamentar. Inclusive, recentemente, tive de solicitar ajuda dos colegas da Câmara – e o Presidente me atendeu prontamente – porque além de não me deixarem entrar num espaço, numa secretaria da nossa cidade, ainda chamaram o segurança para falar comigo. Simplesmente a atendente do espaço não acreditou que eu pudesse ser uma vereadora do município de São Paulo. Infelizmente, mais uma vez, temos que tocar em assunto como esse neste espaço, e eu queria alertar porque o que deixa as pessoas confortáveis para continuar a fazer coisas como essas é a impunidade. Então esta Casa tem a oportunidade de mostrar que não está inerte frente a esse debate e pontua, sobretudo, colegas que tem atitudes parecidas com essa. Mais uma vez, gostaria de externar solidariedade à companheira Jussara e pontuar, mais uma vez, que infelizmente isso tem sido uma prática nos mandatos de mulheres

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

vereadoras, de parlamentares negras deste País.

Agora, falando do projeto, é muito importante dizer que nós sempre aparecemos com muitas suspeitas em relação aos projetos que vem do Executivo, e muitas vezes com razão. A prática é que chegam aqui numa velocidade deixando pouco espaço para o debate político. É fato que quando vamos debater tema da importância que tem a região da cracolandia, isso mobiliza as pessoas, e entendo que as pessoas queiram resolver de maneira rápida, ágil porque é um problema que tem se estendido durante muito tempo. E coloco a palavra problema com muitas aspas porque entendemos que o problema não está necessariamente nos usuários, mas na falta de capacidade de gestão do Executivo, inclusive de gestões anteriores, porque trata de maneira simplista, trata de maneira irrealista algo que é muito complexo, que está muito além de soluções urbanísticas de curto prazo, mas que diz respeito às políticas estruturais para Saúde, assistência, trabalho, renda, habitação, e há muito tempo temos feito esse debate nesta Casa.

Digo ainda, apesar das nossas suspeitas de que não há uma formula mágica, milagrosa em relação às regiões centrais afetadas pelo que é chamado cracolandia, somos extremamente sensíveis. Entendo que todo mundo é sensível aos prejuízos a uma gestão que afeta os moradores, que afeta os pequenos e os médios comerciantes de regiões. De certa forma, esse projeto sim alivia a situação de quem é diferentemente afetado. Repito, pela complexidade dessa questão, pela relevância que envolve o projeto não podemos deixar de questionar pontos que alguns colegas nos trouxeram, inclusive porque são muito importantes. Primeiro, há falta de clareza nos critérios, na delimitação dos imóveis. Se a justificativa é amenizar os prejuízos causados, e a Prefeitura resolve expulsar os usuários que migram para outros bairros criando outros pontos tensos, a solução da Prefeitura é estender o benefício de isenção para todos os bairros? Não há estudo de impacto financeiro em relação ao que significa essa isenção aos cofres da cidade. Ou se há esse estudo, ele não nos foi apresentado para um amplo debate nesta Casa.

Por último, e não menos importante, acho que precisamos pensar que medidas de isenção de impostos, de tributos dos moradores desta cidade, deve envolver um debate público

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

porque é uma questão urgente e sensível da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Para conclusão, Vereadora, expirou seu tempo.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL) – Só para concluir, precisamos da participação popular para que possamos garantir que todas as medidas que tomemos como legisladores cheguem com equidade a todas as pessoas desta cidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Muito obrigado, Presidente. Falei há pouco sobre o Iprem, e agora vou falar sobre o IPTU, sobre a isenção do IPTU naquela região da cidade onde hoje se reúnem cerca de mil e quinhentas pessoas diariamente, que pernoitam madrugada adentro, que são dependentes químicos, são usuários.

É bom citar que até 2016 - Coronel Salles, que foi Subprefeito da região e a conhece bem, conhece como poucos – havia uma política pública, já mencionada aqui, o Programa Braços Abertos, que até certo momento resolveu e deu conta. Até que mudou a gestão, entrou um novo Prefeito, o João Doria que, de certa forma, conseguiu acabar com um punhado de coisas, foi um exterminador de políticas públicas e de outros segmentos. Lamentavelmente, muitos vereadores sabem do que estou falando. João Doria fez questão de acabar com esse Programa que vinha dando certo. Se tivesse mantido o programa até hoje, certamente não estaríamos neste momento discutindo o mesmo assunto. Como S.Exa. achou por bem exterminar o Programa, o resultado disso é hoje.

Agora estamos discutindo, na minha opinião, uma política de enxugar gelo. O

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

Governo poderia aproveitar a oportunidade para implantar um programa de acolhimento que de fato resolvesse o problema. Eu não vejo nenhum demérito em repensar e adotar um programa que vinha dando certo; pelo contrário, acho que é meritório.

- O orador passa a se referir a imagens na tela de projeção.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – A sugestão do Executivo para resolver o problema – que não vai resolver absolutamente nada, vai ser a política de enxugar gelo – são essas ruas que serão agraciadas com isenção do IPTU.

Tem que ficar claro que quem vai deixar de pagar não são os comerciantes, não é quem gera emprego, são os proprietários que serão beneficiados, então não tem como acharmos que está tudo certo, está tudo de acordo. Nessa tela, 619 imóveis receberão isenção e estão fora dos trechos. Quando o Executivo diz que seriam 328 imóveis beneficiados, na verdade não são esses. O montante é de 947, porque esses 619, essas exceções, estão fora do trecho. São esses pontinhos ali. Temos que deixar claro isso.

Na tela seguinte, para ficar bem claro: 151 imóveis já são isentos hoje. Isso representa 45,8% de isenções. Essa parte de baixo, onde está o último item, acima de dez mil reais são 32 imóveis. Prestem bem atenção aí. São 32 imóveis que representam 9,7% do total de imóveis, mas isso representa 91,8% do valor total do IPTU pago durante um ano, que representa 2,1 milhões de reais.

Um único proprietário está sendo beneficiado diretamente, 2,100 milhões de um montante de R$ 2.286.307,00, ou seja, um único empresário é o grande beneficiário de toda essa proposta que está apresentada.

Por essa razão, a Bancada do PT apresentou algumas ementas. Mas como ficou combinado terá audiência pública, entendemos que a medida é prudente. Teremos, pelo menos, três audiências públicas, vamos apresentar em segunda votação para acolher a opinião dos interessados, de quem mora. O compromisso é convidar especialistas para apresentarem

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

políticas públicas que, de fato, atendam as pessoas que precisam, ou seja, os usuários, os dependentes químicos.

Neste momento, quem precisa de força e do apoio do Executivo são eles, não os investidores e os proprietários de imóveis. Quem está sendo beneficiado, neste momento, são os grandes proprietários de imóveis, nem são aqueles que têm um único imóvel, porque são poucos.

Há na Barão de Limeira um único imóvel que deve um valor que não vou nem citar quanto é a dívida. É o único imóvel na Barão de Limeira. Foi dito que há imóveis de 100 mil, quando levantarmos o valor do imóvel da Barão de Limeira alguns Vereadores vão tomar um grande susto.

Há outra sugestão que podemos dar. Nós queremos - aí cabe ao Executivo, por isso temos as ementas – que já que essa medida vai ser adotada, que seja ao menos enquanto permanecer o problema. Isso não vai ser resolvido em dois anos se não houver uma política pública adequada para a região. Queremos deixar isso bem claro.

O Rogério passou uma tela que era a sugestão da Bancada. Mas tudo bem. Passou direto a tela, mas não tem crise. Vamos passar para a última tela.

Concedo aparte ao nobre Vereador João Jorge.

O Sr. João Jorge (PSDB) – Vereador Senival Moura, V.Exa. é sempre muito cauteloso em suas colocações. Eu serei breve.

Acabei de ler uma notícia no UOL de um latrocínio que houve ontem na região da Cracolândia, no Largo General Osório. A vítima é um senhor de 54 anos, porteiro, trabalhador daquela região. Ele foi atacado. Não dá para assegurar isso, mas as testemunhas dizem que ele foi atacado porque o alvo era a sua mochila.

Vou ler como está na matéria: “Testemunhas relataram aos guardas, conforme registrado em Boletim de Ocorrência, que o homem foi atacado por um ladrão que aparentava ser morador de rua e usuário de drogas, o que é realmente comum naquela região”.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

É óbvio, eu entendo que eles precisam sim de tratamento. Alguém que antecedeu V.Exa. falou contra, inclusive, de internação compulsória. É polêmico isso, se interna ou não. Há quem diga que eles não têm condição de tomar uma decisão naquele momento se deve se internar ou não. Tanto é que estão lá, estão matando. Então, é um caso muito triste. Eu vou ser breve. Já vou encerrar. Pedi um aparte para a Vereadora, que não pôde me conceder.

Defenderam a política do Prefeito Haddad, mas eram quatro mil usuários que frequentavam a região naquela época. Hoje, são mil. Então, há, sim, de se reconhecer o trabalho das gestões João Doria, Bruno Covas e Ricardo Nunes e há, sim, de se pensar.

Eu não tenho segurança, honestamente, Sr. Vereador, até para contradizer os Vereadores que me antecederam, mas a internação compulsória tem de ser pensada. Não é possível. Eles não têm condição de pensar se aceitam ou não uma internação, mas têm condição de pensar que podem matar por um punhado de drogas.

Obrigado.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Vereador João Jorge, deixo claro que estamos defendendo uma política que, de fato, contemple e atenda aquela população. Agora, o Executivo tem de apresentar uma proposta e eu tenho certeza de que, se vier para esta Casa, para se votar, e atender, de fato, às necessidades dos dependentes químicos, sem dúvida alguma, será acolhida e recepcionada pela Casa.

Latrocínio é roubo seguido de morte. Então, veja bem: certamente, é preciso entender se, de fato, era um dependente químico. Um dependente químico pode cometer isso? Pode, mas, geralmente, ele quer outra coisa. Ele quer algo para poder usar. Ele não vai lá para tirar a vida de alguém. Nem V.Exa. sabe, de fato, qual era o interesse, se realmente era um dependente químico ou se era outra coisa que estava acontecendo na região. Isso é lamentável. Não podemos aprovar nunca.

Se eram quatro mil e se reduziram para 1.200, não está difícil termos um programa que, de fato, resolva, de uma vez por todas, aquele problema – que é o que nós queremos. Eu

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

tenho certeza de que é isso o que V.Exa. quer, bem como todos os Vereadores, o Líder do Governo, o Presidente, enfim. Nós queremos isso.

Este é o momento oportuno para isso. É por isso que a Bancada de Vereadores do PT está apresentando duas emendas, justamente para vermos se, ao menos, nós reduzimos isso. Quem sabe, conseguimos uma solução para zerar aquilo? Este é o momento. Esta é a oportunidade.

Então, neste momento, com base em tudo isso, a Bancada de Vereadores do PT irá votar contrariamente, mas nós podemos reformular nossa decisão em segunda votação, com um projeto que, de fato, contemple as necessidades daquela população. Esse é o compromisso nosso. Quero deixar claro isso. Não é votar contra por votar contra, de jeito nenhum. Nós queremos resolver isso e tenho certeza de que, durante essas três audiências públicas, que também foram acordadas, sugeridas e acolhidas pelo Executivo, irá melhorar. Aí, nós vamos retificar o nosso voto. Contudo, lamentavelmente, em primeira, da forma em que está, com esses beneficiários que estão postos, nós vamos votar contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Coronel Salles.

O SR. CORONEL SALLES (PSD) – Sr. Presidente Milton Leite, caros colegas Vereadores, servidores da Casa, imprensa, senhoras e senhores que nos assistem pela TV Câmara São Paulo, eu venho cumprimentar o Prefeito Ricardo Nunes, pela coragem que poucos prefeitos tiveram, de lancetar uma ferida, uma chaga aberta há mais de 30 anos. Quantos prefeitos, de todos os que passaram, não gostariam de ter a solução mágica de resolver esse flagelo que são as cenas abertas de uso, nos Campos Elíseos?

Compactuo com a minha colega, Vereadora Jussara Basso, a quem eu também manifesto toda a minha solidariedade, por esse problema que teve. V.Exa. é sempre muito gentil e preparada. Conte comigo e tem toda a minha solidariedade, Vereadora Jussara Basso.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

O problema é o seguinte, gente: quando o Prefeito vem com um projeto desses, vem para diminuir as dores de quem está lá. Seria importante que os Vereadores, aqueles que puderem, que deem uma chegadinha lá nas cenas abertas de uso, nos Campos Elísios para ver aquele flagelo. Para sentir o cheiro do problema que temos lá. Eu vou dizer ao senhor, Líder Fabio Riva, falaram de rupturas. Eu sou contra rupturas. Se há alguma coisa dando certo, seja de qual Governo for - Dra. Sandra Tadeu, médica – nós temos a obrigação de dar continuidade. Eu troco a tinta da parede da minha casa, por gosto meu. Sou eu quem vou pagar. Agora o que é público, não! O que é público está dando certo, vamos continuar. Mas o que estava dando certo? Não estava dando certo. Nós tínhamos em 2016, quatro mil dependentes químicos naquela cena aberta de uso. Não são dados meus. Não são dados, como disseram aqui do *Google* ou da *Wikipédia*. Você não pode citar isso nem em tese, nem em monografia e nem em TCC de faculdade. Tem de dizer a fonte. A minha fonte é a Secretaria de Saúde do Município de São Paulo. A Secretaria de Segurança Urbana tinha em 2016 quatro mil, hoje tem 1200, é muito. Muitas pessoas. Só que é o seguinte: porque eles estão lá? E porque o prefeito está pedindo a isenção desses impostos temporariamente? Para diminuir a dor daqueles comerciantes. Ou vamos aumentar, porque aqui, Presidente Milton Leite, eu já ouvi de tudo. Estou aqui há cinco meses. Já ouvi votarem contra aumento de servidor, já vi votarem contra o aumento de 51 vagas de supervisão e agora estou vendo votarem contra a isenção de imposto. Não é possível. E porque acontece isso? A mola propulsora de tudo isso é a maior commodities que nós temos. Não é soja, não é ferro, não são grãos. É cocaína. E parte da Esquerda tem vínculos, ligações com o Governo Federal que tem uma oportunidade de ouro de nos ajudar. Ajudar o Brasil a combater, como eu vi aqui, o problema na raiz. O Brasil é o maior exportador de suco de laranja, é o maior exportador de cana de açúcar. Mas não fabricamos cocaína. Porque entra nas fronteiras. Então hoje vocês têm uma oportunidade de ouro para ajudar a combater o problema na raiz.

Não é só a diminuição do imposto. São várias ações que nós temos ali. Temos a prisão de traficantes. Quinze traficantes na última semana, só que no dia seguinte saem na

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

audiência de custódia. Então você precisa fazer uma série de ações, uma delas é a isenção do imposto. Outra, V.Exa. que é médica, Dra. Sandra Tadeu, a OMS – Organização Mundial de Saúde, define a dependência química como uma doença adquirida. O Sr. Prefeito está lá, a Guarda Civil, a Polícia Militar e Policia Civil prendendo traficantes. Cuidando da saúde daquelas pessoas com consultórios na rua. O Secretário Zamarco vai lá pessoalmente com Assistência Social e com reinserção. Só de CAPs o Prefeito Ricardo Nunes entregou seis. Não é possível gente! E agora eu ouvi algumas coisas - Sr. Presidente, concluindo - eu não poderia deixar de falar. Seria bom que as pessoas fossem lá. Não é Parque Duque de Caxias, não é Praça Duque de Caxias, é Praça Santa Izabel, que agora é Parque Santa Isabel, por um projeto de autoria do nosso Vereador Fábio Riva. E por quê? É para dar um pouquinho de tranquilidade para aquelas pessoas que moram lá e S.Exa. não está com cadeado não, S.Exa. está fazendo uma obra, colocando piso, colocando brinquedo, drenagem, cobertura vegetal. Tem de vir saber o que vai falar aqui, nós estamos falando com milhões de pessoas.

As movimentações do fluxo têm aparentemente dois motivos: um, a abstinência, por quê? Porque está diminuindo o fluxo de drogas que estão chegando lá. Outra, incentivo do próprio tráfico. Por quê? Eles colocam aquelas pessoas na frente como barreira, o consultório na rua não chega, a assistência social não chega, a busca ativa de pessoas não chega. É simples, é um negócio que dá muito dinheiro. Como eu disse, já temos esse problema há 30 anos. Foram citados alguns imóveis que serão beneficiados, mas será que esse dono mora em todos esses imóveis? Ou é locado? Ou o locador é que paga o IPTU? Nós não podemos legislar pela exceção. Temos de fazer esse compêndio de ações para melhorarmos a vida das pessoas.

Outra coisa, 84% daquelas pessoas, dados da Unifesp, estou dando apud Unifesp, são pessoas que estão lá há mais de cinco anos. Quando você faz um regime, no primeiro mês você perde oito quilos, no segundo mês você perde quatro, no terceiro você perde um. E aí é difícil perder peso, é a mesma coisa. Aquelas pessoas que estão há mais de cinco anos, há mais de 10 anos tem um problema gravíssimo, perderam vínculos familiares, perderam noções de sociabilidade, precisam de socorro.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

Outra coisa, há muito preconceito também. Fui Subprefeito do Centro, é assustador o que algumas pessoas, até com formação acadêmica fazem, querem que jogue no mar. Esse é um problema de São Paulo, esse é um problema posto e o Prefeito é um dos poucos que teve coragem de fazer isso. E quando agiu, saiu da praça Cleveland, foi para o Parque Santa Isabel e agora está na Rua dos Gusmões.

Vamos apoiar as pessoas onde pudermos. Se você puder eximir de imposto, muito bom; se você puder ir lá ajudar aquelas pessoas, muito bom; se você puder dar um abraço naquele comerciante, naquela pessoa que mora lá, também muito bom.

Outra coisa. É em primeira, a apresentação foi hoje. Nós teremos audiências públicas para que aprimoremos esse projeto, é isso. O objetivo do Parlamento é esse. Ninguém é dono da verdade, mas temos de pensar no melhor para as pessoas e para a cidade.

Então, Presidente, ontem, por intervenção de V.Exa. foi pautada a Frente Parlamentar pela Vida contra as Drogas e agradeço a V.Exa., agradeço ao Líder do Governo, agradeço aos meus colegas Vereadores e por unanimidade foi aprovado. Peço que participem para que possamos trazer as melhores contribuições por São Paulo e, principalmente, para essas pessoas que precisam e requerem a nossa intervenção. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Com o entendimento da base, quatro Srs. Parlamentares hão de falar pelo tempo de dois minutos cada. Rubinho Nunes, Janaína, Cris e Sansão, dois minutos cada um falar a respeito do projeto do dia de hoje, mesmo sendo contra a fala no dia de hoje. Nós temos um evento religioso hoje importantíssimo, é preciso que não percamos tempo.

Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Rubinho Nunes.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) – Obrigado, Sr. Presidente, boa tarde, Srs. Vereadores, primeiramente, quero agradecer e parabenizar o Prefeito Ricardo Nunes pela sensibilidade de enviar esse projeto para a região da cracolândia. Curiosamente é um projeto

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

que eu já havia inclusive protocolado aqui na Câmara de São Paulo, que é justamente a concessão de isenção fiscal, isenção de IPTU aos moradores que residem naquela região e aos empresários que detêm imóveis naquela região.

Eu acho que é, no mínimo, no primeiro aspecto, para incentivar que essas pessoas continuem sobrevivendo. Falo de um local que é emporcalhado pela criminalidade e de pessoas que são reféns do tráfico e reféns de usuários, reféns de uma política que foi iniciada pelo Sr. Fernando Haddad, que proliferou a cracolândia na cidade de São Paulo e que contribuiu para que São Paulo se tornasse um polo turístico de usuários de drogas.

E chegou a hora de se dar um basta nessa atitude. A parceria do Prefeito Ricardo Nunes com o Governador Tarcísio de Freitas tem sido preponderante no combate à região da cracolândia. Esse incentivo não resolve, de uma vez por todas, os problemas; assim como nenhuma medida vai solucionar, de maneira mágica, um problema tão grave quanto à cracolândia. Só que o conjunto dessas medidas, pouco a pouco, vai caminhando, degrau a degrau, para que nós consigamos trazer uma solução razoável e racional para todas as pessoas que residem naquele local e para todos os empresários que, de maneira hercúlea, de maneira heroica, continuam com seus estabelecimentos abertos, gerando emprego e gerando receita, ao turno que seus clientes acabam sendo assaltados por usuários de drogas num local que se tornou uma terra sem lei; e que a Guarda Municipal e a Polícia Militar tentam, de maneira também heroica, enxugando gelo, conter os avanços da cracolândia. Já passa da hora de se tratar traficante como criminoso que é, de se internarem esses usuários e se acabar com essa política estúpida, que mantém o usuário de droga como dono da região.

Sr. Presidente, inclusive se V.Exa. me permite, vou trabalhar para que, em segunda votação, nós possamos ampliar o perímetro de concessão. Parece-me que a região da Santa Ifigênia é necessária que seja albergada por esse projeto. Afinal de contas, o fluxo muda, a cada momento, e a região é impactada e os moradores são impactados por essa gente, que emporcalha e que assalta, por esses bandidos que caminham como zumbis pelo centro de São Paulo. Essas pessoas precisam ser, de alguma maneira, tratadas e retiradas de lá, ao turno que

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

quem continua, naquela região, precisa ser acolhido e albergado pelo Poder Público. Já passa da hora de criminoso, de traficante e de usuário serem tratados como bandidos - o que eles realmente são - e a população honesta, que empreende e mora na região, ter o tratamento e o respeito que merece pelo Poder Executivo; e é justamente nesse sentido que vai esse projeto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, a nobre Vereadora Janaína Lima.

A SRA. JANAÍNA LIMA (MDB) – Sr. Presidente, Srs. Vereadores e todos que estão nos acompanhando *on-line*, há mais um acerto do nosso Prefeito Ricardo Nunes, que sabiamente olhou para uma população, na verdade, que há muito buscava voz e que teve um Prefeito sensível. Não é só a isenção de IPTU, mas é olhar para moradores e comerciantes que, há muito tempo, sentiam-se ignorados, que se sintam simplesmente como se o problema da sociedade e a questão da cracolândia fosse uma culpa e uma consequência deles. E houve um Prefeito que falou: “Eu não vou me eximir. Eu estou aqui para buscar soluções e não para olhar problemas.”

Parabéns, Prefeito Ricardo Nunes. Mais uma vez, S.Exa. mostra a sua grandeza e o seu compromisso com a população. Como o Vereador Rubinho Nunes trouxe, como também os Vereadores do PSOL, tanto o Celso Giannazi, quanto a Silvia da Bancada Feminista, trouxeram aqui outros locais que podem sim ser incorporados ao projeto. Não devemos ser contra. Nós devemos apoiar essa brilhante iniciativa e sim nós buscarmos humanizar, cada vez mais, essa política, que é a marca da gestão do Prefeito Ricardo Nunes.

Parabéns, Prefeito, e eu encaminho, desde já, o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, o nobre

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

Vereador Sansão Pereira.

O SR. SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS) – Sr. Presidente, Srs. Vereadores e todos que nos acompanham pelas redes sociais e pela TV Câmara, eu verifiquei aqui muitas críticas negativas infelizmente ao nosso Prefeito Ricardo Nunes.

E eu quero trazer boas notícias. Eu quero trazer medidas importantes, imprescindíveis, que estão sendo tomadas pelo Governo Municipal, pelo Prefeito Ricardo Nunes, juntamente com o Governador do nosso Estado, o Tarcísio, e vou aqui mencionar, aqui, algumas delas: a contratação de profissionais especializados em tratamento de dependência química.

O Sr. André Santos (REPUBLICANOS) – V.Exa. me permite um aparte, nobre Vereador Sansão Pereira?

O SR. SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS) – Perfeitamente. Mais: a ampliação de oferta de vagas em comunidades terapêuticas; projetos voltados para a assistência social e habitação; implementação da justiça terapêutica em casos específicos, oferecendo, inclusive, como alternativa penal, tratamento de dependência química; medidas para policiamento na região. Então são diversas medidas.

Na área de saúde há igualmente importantes providências: a criação de um novo HUB de cuidados de álcool e drogas; contratação de 200 profissionais especializados em dependência química para equipe de abordagem qualificada; implantação da Casa de Passagem no local, com 40 vagas; ampliação também da oferta de vagas em comunidades terapêuticas, são mil lugares, sendo 500 para atendimento imediato, 220 para desintoxicação em hospitais gerais; novo SCP - Serviço de Cuidados Prolongados, mais uma linha de atuação do Programa Redenção, o mais longo que já atuou na região central.

Também há diversas atuações na assistência social. Temos 2 mil casas na Vila Reencontro; novo auxílio Reencontro para 10 mil pessoas já cadastradas no sistema social do

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

Município, sendo 600 para o benefício individual e 1,2 mil para as famílias. Além de tantas outras medidas.

Como temos de correr porque o tempo está muito curto, devo acrescentar ainda, habitação, aluguel social para 1,2 mil pessoas; Porta da Saída 1,2 mil reais; cinco mil vagas voltadas para aluguel social; entrega de 190 unidades habitacionais na alameda Cleveland; aditivo contratual de construção de mais 600 novas unidades de CDHU; segurança pública, 500 câmeras de monitoramento inteligente; enfim, tantas outras medidas, são muitas coisas que eu teria de falar, mas vou dar um aparte ao nosso Presidente Municipal do Partido REPUBLICANOS. Tem V.Exa. o aparte, Vereador André Santos.

O Sr. André Santos (REPUBLICANOS) – Obrigado, Vereador Sansão Líder da Bancada do REPUBLICANOS que tem feito um, trabalho excelente à frente da liderança da nossa Bancada. Eu o estava ouvindo atentamente e quero parabenizar nosso Prefeito Ricardo Nunes pela coragem de estar tomando decisões e atitudes que, durante muitos anos, pessoas que viviam falando que gostariam de mudanças na vida de tanta gente, só ficou na fala. Mas o Prefeito Ricardo Nunes tem demonstrado, juntamente com toda sua equipe, a força e a coragem para cuidar de diversas coisas.

E eu quero também dizer que eu estava acompanhando atentamente a sessão e, como Presidente da Comissão de Saúde, uma Vereadora citou que, hoje, ela foi destratada dentro da nossa Comissão. Eu trouxe o Regimento da Câmara, primeiro para expor a competência de um presidente, vou explicar para ela.

No artigo 50: “Ao Presidente da Comissão Permanente compete submeter a votos as questões em debate e proclamar os resultados das votações”. Vereadora, pergunte aos demais integrantes da Comissão se isso não foi feito.

Quanto à questão de votos, artigo 76: “Para efeito de contagem de votos emitidos serão ainda considerados: 1) favoráveis, os que tragam ao lado da assinatura do votante a indicação com restrições ou pelas conclusões; 2) contrários, os que tragam ao lado da assinatura

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

do votante a indicação ‘contrário’”. Ou seja, quando é colocado a voto, o Vereador integrante da Comissão tem o direito – prerrogativa dele- de votar a favor ou contra.

Essa mesma Vereadora não citou que ela é a Parlamentar que mais tem audiências públicas aprovadas na nossa Comissão. Então seja correta, seja leal com seus companheiros de trabalho que, tanto quanto você, lutam pela cidade de São Paulo. Não venha fazer da nossa Comissão, e eu quero chamar, inclusive, nossos Vereadores de Esquerda, que estão aqui, para provar para mim se alguma vez eu fui desleal com V.Exas.

Então, Sr. Presidente, Sr. Líder da Bancada do Republicanos, eu quis falar porque a Comissão de Saúde foi citada e, se ela foi citada, todos os integrantes da Comissão também foram. Eu peço à nobre Vereadora que leia e cumpra o Regimento da Câmara Municipal de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS) – Obrigado pelo aparte, nobre Vereador.

Apesar de ter ainda mais dois minutos, Sr. Presidente, termino aqui minha fala.

A SRA. JUSSARA BASSO (PSOL) – (Pela ordem) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, a nobre Vereadora Cris Monteiro.

A SRA. CRIS MONTEIRO (NOVO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, é um prazer estar de volta à tribuna.

Obviamente, vou falar da votação do projeto de isenção de IPTU a imóveis na região da cracolândia. Todos nós sabemos que esse problema, que não começou ontem e ainda persiste, não é de simples resolução. Muito pelo contrário, apesar de inúmeros Prefeitos e

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

Secretários que tentaram resolver a questão.

Eu entendo que esse projeto do Executivo infelizmente não é a resolução que a maioria de nós da cidade de São Paulo gostaria, mas é, sim, um passo na direção de tentar minimizar as dores das pessoas que convivem com a cracolândia diante de suas casas e imóveis. Ter um comércio em São Paulo e no Brasil já não é nada fácil, principalmente quando as pessoas lançam seus investimentos pessoais e dedicam seu trabalho e sua emoção tendo que enfrentar uma situação como essa.

Eu apoio esse projeto, mesmo sabendo que não é a solução definitiva para a resolução da cracolândia, e ninguém aqui jamais vai dizer que é, porque, como pessoas maduras, responsáveis e representantes dos cidadãos paulistanos, sabemos que não é. No entanto, é uma manifestação da Prefeitura no sentido de mostrar que ela está atenta e trabalhando a fim de encontrar uma resolução definitiva, que nunca ocorreu apesar dos diversos Prefeitos que passaram pelo Executivo.

O projeto do Executivo tem o meu apoio, e eu espero que essa ação minimize a dor e o sofrimento dos moradores e comerciantes que convivem com a cracolândia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TV Câmara São Paulo, eu quero parabenizar todos os Srs. Vereadores que se manifestaram favoravelmente ao projeto do Prefeito Ricardo Nunes, incansável por resolver a questão da cracolândia e do perímetro dos Campos Elíseos, espaço há mais de 30 anos ocupado pela cracolândia. De 2016 até hoje, em diversas ações, a Prefeitura conseguiu diminuir de quatro para mil o número de pessoas que circulam na região. Ainda são muitos os usuários que frequentam a região, mas as ações vêm se mostrando acertadas no sentido de minimizá-lo.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

Cerca de 1.200 usuários estão internados pela Prefeitura e mais 1.400 por meio de convênios com o Estado, o que mostra que a sinergia do trabalho entre os governos municipal e estadual está dando certo.

Não existe solução simples para problemas complexos. Que Prefeito não sentou na cadeira e não quis resolver esse problema? Todos. Mas falar é fácil, e o importante é ter atitude, como está tendo o atual Prefeito, e exatamente por isso é criticado. Mas nós estamos aqui para defender o Prefeito Ricardo Nunes, defender a cidade de São Paulo e defender as ações de segurança e também as ações de assistência social.

Ali temos que cuidar dos usuários com assistência, com saúde, mas temos que ter a energia de prender e sufocar o tráfico de drogas. Temos que fazer ações, sim, para defender o morador de Campos Elíseos, o comerciante da região central e é isso que estamos fazendo hoje numa forma de minimizar o impacto desse fluxo que ficou nessas ruas.

É feito um estudo, Vereador Atílio. O Prefeito Ricardo Nunes quando encaminhou esse projeto, encaminhou de acordo com projetos dos estudos da movimentação do fluxo naquela região. A Câmara Municipal hoje dá um passo aprovando esse projeto em primeira votação.

Vamos ter as audiências públicas para ouvir a comunidade local, os comerciantes. Todos os Vereadores já receberam alguns no gabinete, mas podemos e temos que destacar: o Prefeito Ricardo Nunes não vai descansar enquanto não resolver o problema da cracolândia. E o problema da cracolândia não é um problema só do Prefeito, mas também é um problema da Câmara Municipal e da sociedade como um todo. Senão ficamos só transferindo responsabilidade e a responsabilidade se assume e o Prefeito Ricardo Nunes assumiu essa responsabilidade e tem a nós como parceiros.

Então é dessa forma que vamos ser parceiros do Prefeito Ricardo Nunes para devolver o Centro da cidade de São Paulo que todos, inclusive aqueles mais antigos que sempre vêm até a Câmara Municipal e falam: “quero o Centro como era antigamente: andar com segurança, ter emprego, a gastronomia funcionando quase que 24 horas por dia.” Tenho certeza

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

de que vamos chegar a esse objetivo, Sr. Presidente.

Para concluir, quero aproveitar e fazer o encaminhamento do voto “sim” a esse projeto e chamar os Vereadores que estão de forma *on-line*, pois a votação vai ser nominal e já faço o requerimento de votação nominal para que possamos ter e responder aquilo que a sociedade precisa.

O gesto pode ser pequeno para alguns, mas é muito grande para aqueles que estão necessitando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Não há mais oradores inscritos. Encerrada a discussão.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) - V.Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Já terminou, nobre Vereadora.

Passemos ao processo de votação, pelo processo nominal.

A votos o PL 448/23. Os Srs. Vereadores favoráveis votarão “sim”; os contrários, “não”.

- Inicia-se a votação de forma híbrida, presencial e virtual.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Voto “sim” e encaminho voto “sim”.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminho voto “sim”.

- Manifestações simultâneas.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

A SRA. DRA. SANDRA TADEU (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RODRIGO GOULART (PSD) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminho voto “sim”.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. CAMILO CRISTÓFARO (AVANTE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DR. NUNES PEIXEIRO (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. RUTE COSTA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. CRIS MONTEIRO (NOVO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ISAC FELIX (PL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não” e

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

encaminho voto “não” a Bancada dos Vereadores do PT.

O SR. CORONEL SALLES (PSD) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MARCELO MESSIAS (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RINALDI DIGILIO (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. BETO DO SOCIAL (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (PL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. SANDRA SANTANA (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. JOÃO ANANIAS (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ELI CORRÊA (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. XEXÉU TRIPOLI (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MARLON LUZ (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MANOEL DEL RIO (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

O SR. THAMMY MIRANDA (PL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ (SOLIDARIEDADE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. ELY TERUEL (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GEORGE HATO (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. EDIR SALES (PSD) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RODOLFO DESPACHANTE (PSC) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. JANAÍNA LIMA (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. JOÃO JORGE (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ROBERTO TRIPOLI (PV) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. JORGE WILSON FILHO (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, em defesa do cidadão de bem, voto “sim”.

O SR. XEXÉU TRIPOLI (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (PL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DANILO DO POSTO DE SAÚDE (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MILTON FERREIRA (PODE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, registre a minha abstenção.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, registre a minha abstenção.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, registre a minha abstenção.

O SR. SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. JUSSARA BASSO (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, registre a minha abstenção.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, registre a minha abstenção.

O SR. RODOLFO DESPACHANTE (PSC) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. BOMBEIRO MAJOR PALUMBO (PP) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RICARDO TEIXEIRA (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MARLON LUZ (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. JAIR TATTO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”, seguindo a Bancada do PT.

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”, no modelo em que está o projeto.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ADILSON AMADEU (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

- Concluída a votação, sob a presidência do Sr. Milton Leite, verifica-se que votaram “sim” os Srs.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Passemos à proclamação do resultado.

A SRA. LUNA ZARATTINI (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Ficou prejudicada nobre Vereadora por ter expirado o tempo de votação. Continuando à proclamação do resultado.

A SRA. LUNA ZARATTINI (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Neste caso, a matéria é preclusa.

Votaram “sim” 40 Srs. Vereadores; “não”, 06 Srs. Vereadores; abstiveram-se de votar, 05 Srs. Vereadores. Aprovado em primeira discussão, volta em segunda.

Adio, de ofício, os demais itens da pauta.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, qual projeto será votado agora?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Não há nada mais a ser tratado nesta sessão. Estão todos para a próxima sessão.

Há sobre a mesa requerimento, que será lido.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

- É lido o seguinte: (Licença do Vereador Hélio Rodrigues)

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Nada mais havendo a ser tratado, esta presidência relembra que a sessão ordinária de amanhã foi desconvocada, conforme artigo 155 do Regimento Interno, para a realização da reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os furtos de fios e cabos na cidade de São Paulo.

Relembro os Srs. Vereadores da convocação da próxima sessão ordinária, terça-feira, dia 22 de agosto; cinco sessões extraordinárias logo após a sessão ordinária de terça-feira, dia 22 de agosto; cinco sessões extraordinárias aos cinco minutos de quarta-feira, dia 23 de agosto; cinco sessões extraordinárias logo após a sessão ordinária de quarta-feira, dia 23 de agosto; cinco sessões extraordinárias aos cinco minutos de quinta-feira, dia 24 de agosto. Todas com a Ordem do Dia a ser publicada.

Lembro aos Srs. Vereadores que, na próxima terça-feira, votaremos os projetos dos Srs. Vereadores.

Nobre Vereador Fabio Riva, estou encerrando a sessão.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, eu queria somente agradecer os 40 votos favoráveis. É um projeto que se inicia com as audiências públicas. E temos a certeza de que é um projeto importante para a cidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Parabéns a todos; e ao Sr. Prefeito, que teve a sensibilidade de trazer a matéria à colação da sociedade, que poderá ter um benefício naquela região.

Aqui, de fato, Sr. Prefeito, é o local adequado para as discussões dessa matéria, que pode ser alterada, suprimida, modificada. Debateremos em conjunto com todos os Srs. Parlamentares aquilo que de melhor podemos agregar em valor – principalmente, valor humano – naquela região da cidade de São Paulo.

Aquela população merece, sim, assistência; mas os comerciantes, os empresários e os moradores também precisam de assistência da sociedade. Quando há conflitos entre

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.

autuado por Marcia Yoshimi Taniguchi em 10/06/2024 19:29:02.

integrantes da sociedade de uma forma ou de outra, cabe ao Poder Público intervir da melhor forma possível, respeitando sempre os atos.

Eu cumprimento o Sr. Prefeito pela iniciativa e pela coragem de enfrentar os problemas de frente.

Parabéns, Sr. Prefeito.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Matéria REGTAQ 85/2023. Documento assinado digitalmente por MARCIA YOSHIMI TANIGUCHI HOSI em 17/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Marcia Yoshimi Taniguchi. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=536963.